



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 10.846.808/0001-48 DUNS®: 899915344
Razão Social: LP TOTAL SERVICE LTDA
Nome Fantasia: TOTAL SERVICE
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 17/04/2024
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN Validade: 21/04/2024
FGTS Validade: 04/12/2023
Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 22/04/2024

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital Validade: 19/12/2023
Receita Municipal Validade: 05/02/2024

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2024



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: 10.846.808/0001-48 DUNS®: 899915344
Razão Social: LP TOTAL SERVICE LTDA
Nome Fantasia: TOTAL SERVICE
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Entidades de Classe

Entidade e UF	N ^a Registro	Data de Validade
CREA	0000031560EMPI	19/09/2023



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: 10.846.808/0001-48 DUNS®: 899915344
Razão Social: LP TOTAL SERVICE LTDA
Nome Fantasia: TOTAL SERVICE
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 926809 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARUARU
Data Aplicação: 08/10/2020
Número do Processo: 219-2020 PE 57-20 Número do Contrato: 0000
Descrição/Justificativa: A empresa participou do Pregão eletrônico 57-2020, e ao final dos lances, foi vencedora, e pediu desistência dos itens alegando preço inexequível. Sendo que, a proposta ofertada pela mesma, foi o valor máximo publicado em edital. Não manteve assim, a proposta. SENDO PENALIZADA

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 927744 - CENTRAL DE LICITACOES DA PREF. DE FORTALEZA
Data Aplicação: 16/08/2022
Número do Processo: P284042/2021 Número do Contrato: 288/2020 - SMS
Descrição/Justificativa: Art. 1ª. APLICAR, em observância às circunstâncias elencadas no art. 48 do Decreto Municipal nº 13.735 /2016 , à empresa LP TOTAL SERVICE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.846.808/0001-48, em virtude das inconsistências verificadas no cumprimento das obrigações pactuadas no Contrato nº 288/2020 -SMS , a sanção administrativa de ADVERTÊNCIA , com fulcro na Cláusula Décima Terceira (Subcláusula 13.1.1) do instrumento contratual c/c o art. 49 do Decreto Municipal nº 13.735/2016 e o art. 87, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **154048 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI**
Data Aplicação: **14/06/2023** Valor da Multa: **R\$ 11.585,70**
Número do Processo: **23111006000202344** Número do Contrato: **092021**
Descrição/Justificativa: **Multa em razão da inexecução parcial das obrigações assumidas, correspondendo ao valor de R\$ 11.585,70 (onze mil e quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos).**

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **154048 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI**
Data Aplicação: **11/01/2023** Valor da Multa: **R\$ 13.639,55**
Número do Processo: **23855004387202293** Número do Contrato: **38/2020**
Descrição/Justificativa: **Aplilcação da penalidade de multa com fulcro na cláusula 19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação e 19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida do Edital do Pregão n 26/2019.**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **927744 - CENTRAL DE LICITACOES DA PREF. DE FORTALEZA**
Data Aplicação: **20/04/2022** Valor da Multa: **R\$ 3.637,40**
Número do Processo: **P153877/2021** Número do Contrato: **288/2020**
Descrição/Justificativa: **APLICAR, com esteio nas informações contidas nos autos do Procedimento Administrativo para Aplicação de Penalidades nº 03 1/2021, em observância às circunstâncias elencadas no art. 48 do Decreto Municipal nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016, à empresa LP TOTAL SERVICE LTDA- ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.846.808/0001-48, em virtude da incontroversa má execução do Contrato nº 288/2020 -SMS a sanção administrativa de MULTA moratória, no montante de R\$3.637,40 (três mil, seiscentos e trinta e sete reais e quarenta centavos), nos termos previstos na Cláusula Décima Terceira (Subcláusula 13.1.2) do Contrato nº 288/2020-SMS c/c os arts. 50 e 51, inciso I, do Decreto Municipal nº 13.735/20163.**

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: **Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª**
Motivo: **Não apresentação de documentação exigida no certame ou apresentação de documentação falsa**

UASG Sancionadora: **158133 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC.DO CEARÁ**
Âmbito da Sanção: **União**
Prazo: **Determinado**
Prazo Inicial: **02/02/2021** Prazo Final: **02/04/2021**

Número do Processo: **007811/2019-63**
Descrição/Justificativa: **A empresa participou como licitante do Pregão Eletrônico SRP 08/2019, e quando solicitada via sistema, durante a sessão pública, não enviou a proposta de preço para o item para qual foi convocada. Infração administrativa prevista no Edital do certame, Item 22.1.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.**

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: **Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª**
Motivo: **Não apresentação de documentação exigida no certame ou apresentação de documentação falsa**

UASG Sancionadora: **70006 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI**
Âmbito da Sanção: **União**
Prazo: **Determinado**
Prazo Inicial: **31/01/2019** Prazo Final: **01/03/2019**

Número do Processo: **0600176-27.2017.6** Número do Contrato: **PE nº 32/2016**
Descrição/Justificativa: **Não atendeu convocação do Pregoeiro - PE nº 32/2016**

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência:	Outros Tipos de Ocorrência		
UASG Sancionadora:	160203 - 2 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO		
Âmbito da Sanção:	Órgão Sancionador		
Prazo:	Determinado	Impeditiva:	Sim
Prazo Inicial:	20/03/2017	Prazo Final:	19/09/2017
Número do Processo:	64040000085201799		
Descrição/Justificativa:	O Comandante do 2ª Batalhão de Engenharia de Construção, por meio do Despacho - 2ª BEC Nª 013/2017, decidiu aplicar à Empresa LP TOTAL SERVICE LTDA - ME, CNPJ 10.846.808/0001-48, Contratada, a sanção administrativa de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o 2ª Batalhão de Engenharia de Construção pelo prazo de 06 (seis) meses, em razão de ter incorrido na infração administrativa do não cumprimento do dever legal previsto no Art. 11, XXI, do Decreto nº 3.555/2000 e na obrigação constante do item nº 12.14 do Termo de Referência, Anexo I do Pregão Eletrônico SRP nº 039/2015, com fundamento no Art. 14, caput, do Decreto nº 3.555/2000.		



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: 10.846.808/0001-48 DUNS®: 899915344
Razão Social: LP TOTAL SERVICE LTDA
Nome Fantasia: TOTAL SERVICE
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 10.846.808/0001-48 DUNS®: 899915344

Razão Social: LP TOTAL SERVICE LTDA

Nome Fantasia: TOTAL SERVICE

Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 10.846.808/0001-48 DUNS®: 899915344
Razão Social: LP TOTAL SERVICE LTDA
Nome Fantasia: TOTAL SERVICE
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 727.709.883-87 Participação Societária: 100,00%
Nome: LUCIANO RODRIGUES NOGUEIRA BARROS
Número do Documento: 00765708000 Órgão Expedidor: DETRAN
Data de Expedição: 18/11/2021 Data de Nascimento: 30/03/1976
Filiação Materna: MARIA JOSE RODRIGUES BARROS
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 64.003-150
Endereço: RUA ALCIDES FREITAS, 2076 - MARQUES
Município / UF: Teresina / Piauí
Telefone: (86) 32227059
E-mail: lelicitacao@gmail.com

Data e hora da consulta: 20/11/2023 09:15:36

Usuário: 03979887375

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

CPF/CNPJ: 10846808	Título: LP TOTAL SERVICE LTDA	Situação Inadimplente	Total de Registros Há até 30 dias: 0 Há mais de 30 dias: 1	1 0 1
------------------------------	---	---------------------------------	---	----------------------------------

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão
00394460	DEPTO. RECEITA FEDERAL	16/07/2022 03:08:00

** Registros incluídos há até 30 dias.*



Divisão de Prorrogação e Alteração Contratual - DIPAC - UFPI <gc.dipac@ufpi.edu.br>

URGENTE! NOTIFICAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DO CADIN

3 mensagens

Divisão de Prorrogação e Alteração Contratual - DIPAC - UFPI

16 de novembro de 2023 às

<gc.dipac@ufpi.edu.br>

17:28

Para: lelicitacao@gmail.com

Prezados,

Considerando a tramitação do processo referente à prorrogação de vigência do **Contrato nº 22/2021 - LP TOTAL SERVICE LTDA**, vimos através deste:

1. informar que fora realizada consulta ao CADIN e constatamos que vossa empresa consta como **INADIMPLENTE**;

2. **NOTIFICAR** vossa empresa para que seja regularizada a situação no **CADIN**.

Sendo assim, considerando que o fornecedor deve manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, conforme art. 55, XIII, Lei 8666/93:

"Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação."

Notificamos a empresa **LP TOTAL SERVICE LTDA**, CNPJ nº 10.846.808/0001-48, para apresentar, **até o dia 17/11/2023**, a regularização e envio da certidão do CADIN para este e-mail.

Segue em anexo a certidão do CADIN com a indicação da referida pendência.

Atenciosamente,

Marcelo Sousa

--

DIVISÃO DE PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Gerência de Contratos/ Diretoria Administrativa / PRAD

Universidade Federal do Piauí

(86) 2222 5811



CADIN 10846808-202311161721.pdf

16K

Divisão de Prorrogação e Alteração Contratual - DIPAC - UFPI


20 de novembro de 2023 às

<gc.dipac@ufpi.edu.br>

08:34

Para: lelicitacao@gmail.com

[Texto das mensagens anteriores oculto]

 **CADIN 10846808-202311161721.pdf**
16K

LP TOTAL SERVICE LICITAÇÕES <lelicitacao@gmail.com> 20 de novembro de 2023 às 09:21
Para: Divisão de Prorrogação e Alteração Contratual - DIPAC - UFPI <gc.dipac@ufpi.edu.br>

Prezados, tendo em vista o art, 55, XIII, da Lei 8.666/93 supracitado, informamos que esta empresa cumpre satisfatoriamente todas as condições de habilitação e permanece em regularidade perante a RFB e PGFN, conforme certidão em anexo.

À disposição,

LP TOTAL SERVICE.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

LP Total Service
Departamento de Licitação

Rua Manoel da Paz, 1676
Macaúba – Teresina/PI
CEP 64016-108
Fone (86) 3221-1117
Fone (86) 99965-2328



 **CERTIDAO RECEITA FEDERAL LP 24.04.24.pdf**
78K



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LP TOTAL SERVICE LTDA
CNPJ: 10.846.808/0001-48

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 06:41:58 do dia 24/10/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/04/2024.

Código de controle da certidão: **458D.87D9.7BDF.A6BF**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 20/11/2023 09:32:08

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **LP TOTAL SERVICE LTDA**
CNPJ: **10.846.808/0001-48**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **LP TOTAL SERVICE LTDA**

CPF/CNPJ: **10.846.808/0001-48**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 09:32:37 do dia 20/11/2023 , com validade até o dia 20/12/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: ugdqUUyUKtXeGusHewp7

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LP TOTAL SERVICE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 10.846.808/0001-48

Certidão nº: 65565497/2023

Expedição: 20/11/2023, às 09:33:16

Validade: 18/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LP TOTAL SERVICE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.846.808/0001-48**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **LUCIANO RODRIGUES NOGUEIRA BARROS**

CPF/CNPJ: **727.709.883-87**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 09:35:39 do dia 20/11/2023 , com validade até o dia 20/12/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: WvVY498JZHZE35A8M1gn

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (20/11/2023 às 09:36) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 727.709.883-87.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 655B.52C7.F176.7783 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php